



EDITORIAL

Caro leitor(a), é com satisfação que apresentamos o primeiro volume de 2023 da Revista de Ciências Sociais Aplicadas – RCSA (v. 4, n. 1). Esta Edição é composta por oito artigos e mostra a abrangência da RCSA, com trabalhos das áreas de Ciências Contábeis, Pedagogia, Direito e Arquitetura e Urbanismo. A edição está estruturada em duas seções: TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO E PESQUISAS e TRABALHOS PREMIADOS. A primeira seção é constituída por cinco artigos das áreas de Ciências Contábeis, Pedagogia e Direito; a segunda seção contém três trabalhos, sendo um da Pedagogia e dois de Arquitetura Urbanismo. Todos os artigos são de autoria de discentes em parceria com docentes, mestres e doutores.

Para abrir esta primeira edição de 2023, a seção **TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO E PESQUISA** apresenta trabalhos de conclusão de curso, nas áreas de Ciências Contábeis, Direito e Pedagogia representando a parceria entre discente e docentes, por meio da qualidade, o domínio epistemológico e metodológico que resultaram em artigos de excelência, que abordam diferentes temas relacionados à sociedade brasileira. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) evidencia a aptidão do indivíduo para a realização de iniciação científica individual, assim como a capacidade de desenvolvimento de estudos comparados, análise crítica e reflexão criativa sobre temas relevantes do cotidiano das pessoas e para a construção do conhecimento.

O primeiro artigo dessa seção é a contribuição das **CIÊNCIAS CONTÁBEIS**. O artigo “*Análise da adesão ao CPC 29: um diagnóstico de conformidade com a divulgação contábil*”, é de autoria de Lucas Ferreira Lustosa Lima, Rafael Alves de Assis Junior, Nilton Oliveira da Silva e Marcelo Alves de Almeida, todos formados em ciências contábeis, sendo os dois últimos mestres na área. O objetivo do trabalho é fazer um diagnóstico sobre a adesão de empresas do agronegócio à norma do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram analisadas as demonstrações financeiras dos anos de 2020 e 2021 de 10 empresas do agronegócio, segundo a

Forbes Agro 2022. O CPC 29, aprovado em 2009, correlaciona-se à norma internacional IAS 41 e trouxe melhorias técnicas conceituais à contabilidade agrícola nacional, pois possibilita uma análise dos resultados das atividades realizadas pelas empresas. O trabalho contribui para uma discussão a respeito da divulgação e da conformidade das normas de um setor importante para a economia local.

Dando sequência, apresentamos a contribuição da **PEDAGOGIA**. O artigo “*A psicomotricidade na Educação Infantil: contribuições para o desenvolvimento motor na primeira infância*”, de autoria da discente Stella Maria Antunes Costa e da docente Elisângela de Andrade Aoyama, objetivou estudar a psicomotricidade como intervenção pedagógica na Educação Infantil e suas contribuições para o desenvolvimento motor na primeira infância. A partir da análise de trabalhos publicados entre 1996 e 2021, selecionados nas plataformas *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), em Repositórios Institucional Digital de Universidades e Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, constatou-se que os efeitos motores dos processos mentais contribui significativamente no desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Sendo o desenvolvimento da motricidade e das manifestações do ato motor da criança uma ferramenta poderosa que pode ajudar no aprendizado, crescimento e desenvolvimento da criança de forma plena.

Os artigos da área do **DIREITO** fecham esta primeira seção, são três trabalhos que abordam temas como direito penal, direitos e garantias fundamentais e direitos indígenas. O primeiro deles é o texto “*A inteligência artificial e o princípio da individualização da pena no direito penal*”, dos autores Durval Oliveira Barbosa Júnior e do prof. João de Deus Alves de Lima, respectivamente, discente e mestre, com um trabalho que trata de um tema muito atual: o uso da Inteligência Artificial (IA) aplicada ao direito brasileiro. A finalidade do trabalho foi tratar da possibilidade da aplicação da inteligência artificial na esfera penal, levando em consideração o aumento da demanda nos processos, e se a aplicação da IA viola ou não o princípio da individualização da pena, motivo este que vem sendo a razão da dificuldade do uso desta nova ferramenta.

O segundo artigo “*A lacuna legislativa existente sobre os critérios objetivos para aplicação das medidas coercitivas atípicas: análise da jurisprudência*”, de Geovana Fábria Pires dos Santos e do prof. Rodrigo Costa Ribeiro, respectivamente, discente e docente do curso de direito do UNICEPLAC, analisa a aplicação de medidas



coercitivas atípicas, previstas no art. 139, inciso IV do Código de Processo Civil (2015). Buscou-se analisar os critérios objetivos que o STJ estabeleceu para a aplicação das medidas, com vistas à satisfação das obrigações pecuniárias, em observância aos direitos dos credores em ter suas obrigações satisfeitas e dos direitos fundamentais dos devedores, de forma a garantir a efetividade das decisões judiciais e suprimir a lacuna legislativa sobre a matéria.

Para fechar esta seção, ainda do campo do direito, a contribuição da discente Ana Carolina Freire Lopes e do prof. Luís Felipe Perdigão de Castro, com artigo que trata de um tema extremamente relevante e que foi pauta recente do STF. O artigo “*Autodeterminação dos povos indígenas: conceito, elementos e aplicações no ordenamento jurídico do Brasil*” identificam e debate, com base em pesquisa bibliográfica, importantes conceitos que abarcam desde a historicidade do desenvolvimento da ideia da autodeterminação dos povos até seu reconhecimento como direito, ganhando assim, maior aplicabilidade. Esta é uma reflexão sobre as múltiplas aplicações do direito da autodeterminação dos povos na comunidade global, ao longo do tempo, e analisa como o ordenamento jurídico interno brasileiro foi afetado por tal princípio, com foco no tratamento dado aos direitos dos povos indígenas, particularmente, nos marcos da Constituição Federal de 1988, e seus efeitos concretos na realidade brasileira.

Por fim, a Revista de Ciências Sociais Aplicadas do UNICEPLAC retoma a seção **PROJETOS PREMIADOS**, espaço para divulgação de trabalhos de ensino, pesquisa e/ou extensão que receberam reconhecimento em contextos profissionais ou acadêmicos. Compõem esta seção três artigos: 01 da pedagogia e 02 da arquitetura e urbanismo, mostrando o reconhecimento do trabalho de pesquisa e de projetos realizados no UNICEPLAC. O primeiro deles, intitulado “*Em tempos de pandemia: a importância da afetividade para o processo de ensino-aprendizagem na pré-escola,*” das autoras Fernanda Reis Pinheiro e Maria Theresa de Oliveira Corrêa, respectivamente, graduanda em pedagogia e doutora em educação, premiado na **III MOSTRA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (MEPE) do UNICEPLAC**, realizada nos dias 27/03/2023 a 31/03/2023. A pesquisa analisou a importância da afetividade para o processo de ensino e aprendizagem na pré-escola, em tempos de pandemia. Observou-se que a afetividade nesta etapa educacional é extremamente importante, possibilitando às crianças criarem novas interações sociais, com professores e colegas. O isolamento imposto pela pandemia provocou uma ruptura



física nas interações sociais em ambientes educativos contribuindo para a redução do relacionamento afetivo, acarretando o surgimento de doenças psicossomáticas ocasionadas pela exposição excessiva à *internet*. Conclui-se que o Ensino Remoto não tão eficiente para essa etapa escolar foi uma forma encontrada para não se perder o vínculo criado. Evidenciou-se que as crianças precisam se relacionar entre si e com outras pessoas além do ciclo familiar para que possam desenvolver-se integralmente.

Do curso de arquitetura e urbanismo, apresentamos os premiados no **3º Prêmio TCC CAU/DF**. Dois projetos que receberam o reconhecimento do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal (CAU/DF), sendo esta a segunda premiação recebida pela instituição pelo CAU-DF, ratificando a excelência do ensino no Centro Universitário UNICEPLAC. O primeiro, intitulado “*Cidade cuidadora: redesenhos do urbanismo modernista periférico pelo viés de gênero*”, da egressa Rayelli Bárbara Miranda Ribeiro e com a orientação da profa. Mariana Roberti Bomtempo, foi premiado com o **3º lugar na categoria PROJETO DE URBANISMO**. O trabalho aborda o tema da relação da mulher com os espaços públicos, cujo desenho sofreu influência do urbanismo modernista, e desenvolveu um redesenho do Setor Central do Gama, objetivando criar uma cidade acolhedora e, por meio dele, resgatar a memória de mulheres que possuem a história relacionada à Brasília ou relevância nacional, sendo elas: Fumiko Kanegae, Carolina Maria de Jesus, Dorothy Stang, Pureza Loyola, Luiza Erundina e Adna Santos.

O segundo trabalho premiado pelo CAU foi o projeto “*Habita Centro: moradia coletiva de interesse social*”, de autoria de Willian Rafael Araujo Nascimento e orientação da profa. Mariana Roberti Bomtempo, premiado no **3º lugar da categoria PROJETOS ESPECIAIS**. O trabalho procurou refletir sobre o direito à moradia, com soluções para pessoas em situação de rua nos centros urbanos, para além da proposta de produção de novas unidades habitacionais. Para isso, levou-se em consideração que essas pessoas necessitam de apoio psicológico para se restabelecer mediante processos de sofrimento, que dificultam sua estabilidade em uma moradia. Bem como reconstruir sua própria dignidade depois de tanto tempo tratadas como pessoas criminalizadas. Para isso, propôs-se a reforma e adaptação de um edifício existente, no Setor Comercial Sul, em Brasília, para abrigar e acolher essa população e reintegrá-las à sociedade. O projeto procurou demonstrar o



potencial do uso residencial nesta área de Brasília, região conhecida pela presença da população em situação de rua.

Acreditamos na excelência e riqueza do material apresentado, cujas informações contribuem para esta primeira Edição do ano de 2023 da RCSA. Registramos aqui os agradecimentos aos membros do Comitê Editorial. Agradecemos às autoras e autores colaboradores pela confiança, congratulando a todas e todos pela qualidade dos artigos desenvolvidos. Por fim, esperamos que a leitura deste periódico seja inspiradora para novas produções acadêmicas à RCSA.

Brasília-DF, outubro de 2023.

Prof^{as.} Franciney Carreiro de França e Elisângela de Andrade Aoyama

Editoras da RCSA - UNICEPLAC

